

Os africanos entre representações: viagens reveladoras, olhares imprecisos e a invenção da África no imaginário Ocidental

Anderson Ribeiro Oliva*

Resumo: O presente artigo tem como principal objetivo realizar uma leitura diacrônica e panorâmica de algumas das principais imagens construídas sobre a África e os africanos em determinados contextos espalhados por um longo recorte espaço-temporal, que tem início na Antigüidade Clássica e termina sua viagem nos dias atuais. As incursões pelas representações formuladas sobre o Outro/Africano permitem que vislumbremos ritmos e formas distintas nas arquiteturas mentais elaboradas para a observação e definição do lugar ocupado pela África no Imaginário Ocidental. Não podemos esquecer, no entanto, que qualquer tentativa de sintetizar as imagens e discursos fabricados sobre os africanos não deve ignorar o fato de que os mesmos não foram homogêneos ao longo do tempo, espelhando as diversas faces dos múltiplos contextos em que foram fabricados. Dessa forma, buscamos com esse exercício destacar seus contornos e dinâmicas específicas e as possíveis relações existentes entre os vários momentos abordados.

Palavras-chaves: África, representações dos africanos, imaginário ocidental.

Abstract: The present article has as main objective to accomplish a double and panoramic reading of some of the main images built on Africa and the Africans in certain contexts spread by a long cutting space-time, that has beginning in the Classic Antiquity and it finishes its trip in the current days. The incursions for the representations formulated on Other/African allow that shimmer rhythms and different forms in the mental architectures elaborated for the observation and definition from the position occupied by Africa in the Imaginary Western. We cannot forget, however, that any attempt of synthesizing the images and speeches manufactured on the Africans should not ignore the fact that the same ones were not homogeneous along the time, watching the several faces of the multiple contexts in that were manufactured. In that way, we looked for with that exercise to highlight its contours and specific dynamics and the possible existent relationships among the several approached moments.

Keywords: África, representations of the Africans, imaginary western.

Entre imaginários e palavras

Em viagem realizada no final de 2003 à África, o presidente Luís Inácio Lula da Silva, demonstrou a preocupação de seu governo em ampliar o número de parceiros políticos e comerciais no chamado eixo Sul-Sul. Para fazer justiça, seria correto afirmar que algumas falas e ações da atual gestão federal têm demonstrado a intenção, pelo menos de forma simbólica, de quebrar o silêncio de algumas décadas nas relações econômicas ou diplomáticas mais vantajosas entre as duas margens do Atlântico¹.

Deixando de lado essas perspectivas do *tour* pela região austral do continente – São Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique, Namíbia e África do Sul – o presidente, em seus improvisados, e, portanto, mais reveladores discursos, cometeu o que foi para alguns uma gafe, para outros uma dura ofensa à África. Ao verbalizar sua admiração pela limpeza e organização de Windhoek, capital da Namíbia, Lula, evidenciou a forma como grande parte dos brasileiros pensa e trata a África cotidianamente. Não tiremos as palavras do presidente, sua íntegra nos ajuda à reflexão sobre nosso imaginário acerca do “continente negro” e de suas populações.

Estou surpreso porque quem chega a Windhoek, não parece estar num país africano. Poucas cidades do mundo são tão limpas, tão bonitas arquitetonicamente e tem um povo tão extraordinário como tem essa cidade (...). A visão que se tem do Brasil e da América do Sul é de que somos todos índios e pobres. A visão que se tem da África é de que também é um continente só de pobres.²

Ao mesmo tempo em que sua percepção da urbanística, sistema de limpeza urbano ou das populações das cidades africanas demonstrou-se impactada pelas suas rápidas passagens por alguns bairros de Luanda, Maputo e São Tomé, o presidente se mostrou convencido de que a história da região se limita quase sempre às recentes experiências vivenciadas por muitos dos países visitados.

Por exemplo, no caso de Angola, não desconhecendo a trajetória das últimas quatro décadas da história, marcada por mais de um milhão de mortos nas guerras de independência e civil (que eclodiu ainda no ano da ruptura política com Portugal, em 1975, e chegou ao fim somente em 2002) Lula parece ter apagado da memória ou nunca ter acessado outras imagens e leituras do passado ou do presente angolanos. Em suas palavras, Angola, teria como principal contribuição à humanidade a lição da guerra. A guerra, os conflitos, os amputados, os mortos. Esses são os exemplos angolanos para o mundo.

Nenhum país do mundo tem mais autoridade moral para falar de guerra do que Angola. Primeiro, foi a guerra contra Portugal, depois, uma guerra interna. Qualquer historiador do mundo que aceite escrever alguma coisa sobre guerra terá de escrever sobre Angola (...) Se, durante décadas, vocês ensinaram o mundo a fazer guerra, eu queria pedir a vocês: ensinem o mundo agora a fazer a paz.³

Não iremos crucificar o presidente como outros fizeram. Não que concordemos com tais disparates conclusivos, até porque, tendo oportunidade de se corrigir, nos dias seguintes, Lula, afirmou que apenas constatou o óbvio. Parece plausível que em rápidas passagens por algumas ruas das citadas cidades, alguns brasileiros, se impressionem pelo lixo acumulado nas sarjetas ou pelo trânsito caótico, eles estão lá. O mesmo serve para aqueles que se

deparam com as estatísticas e os números de perdas humanas nas guerras, das vítimas de malária e dos contaminados pela Aids, eles também estão lá.

Porém, essas realidades não revelam e nem sintetizam o que é a África, nem seus centros urbanos. Eles são, evidentemente, muito mais do que isso. Os graves problemas existem, e vão continuar existindo nos próximos anos, mas há, nos passados e presentes africanos, muito mais do que fome, guerra, doença e sujeira. Além disso, é certo afirmar que as realidades descritas por Lula muito pouco de distingam de alguns bairros e dados estatísticos que encontramos em nossas cidades. Sujeira e violência nunca foram exclusividades, muito menos identificadores das cidades africanas, apesar de parecer que elas, pelos nossos olhares muito limitados, deveriam se resumir a estas imagens.

Por que então reduzir o outro a isso, enquanto olhamos para os mesmos problemas internos e achamos que são realidades passageiras ou de menor importância na construção de uma identidade positiva sobre nós mesmos. Neste caso é muito mais enriquecedor analisarmos os pensamentos do nosso chefe de Estado por uma outra dimensão.

Independente de Lula ter formação superior ou não, ser presidente ou operário, carioca ou gaúcho, pobre ou rico, sua postura de admiração com uma “cidade limpa” na África é surpreendentemente comum. Para ser mais claro - excluindo um seleto grupo de pessoas que observam a África a partir das noções do relativismo cultural -, nós, brasileiros, ou pessoas do Ocidente, tratamos a África de forma preconceituosa. Reproduzimos em nosso imaginário as notícias que circulam pela Mídia, e que revelam um continente marcado pelas misérias, guerras étnicas, instabilidade política, AIDS, fome e falência econômica. Ou ainda, um mundo selvagem perdido no qual a natureza primitiva assusta aos homens, ou os reúne em safáris – agora de ecoturismo – em meio a leões, girafas, hipopótamos e rinocerontes.

A própria imprensa que vociferou sobre o presidente cometeu “gafes” do mesmo tom. Por exemplo, na citada matéria da Revista *Veja* que analisava as intenções da viagem presidencial ao sul da África, a escolha da imagem, que aparece ilustrando a reportagem, deve ter seguido a lógica dos estereótipos africanos. A foto selecionada mostra Lula ao lado do presidente da Namíbia e de um leão. Por que a escolha do leão? Será que o imaginário sobre a África que se confunde com a natureza selvagem se fez presente? Mais inquietante é a conclusão do jornalista, Diogo Schelp, sobre algumas ações da atual estratégia diplomática brasileira sobre a África. Na visão do repórter a abertura de embaixadas em algumas partes da África só encontraria explicação na tentativa maior do país em conquistar um lugar

permanente no Conselho de Segurança da ONU. Talvez isso seja verdade, mas a leitura do autor evidencia uma sentença ferina e pouco cuidadosa sobre alguns países africanos.

Na semana passada, o presidente Lula inaugurou uma embaixada em São Tomé e Príncipe, um dos menores países africanos, com território inferior ao município do Rio de Janeiro. A explicação oficial para tal ganância num local sem importância econômica nem política é a seguinte: tratava-se da única nação africana de língua portuguesa que não dispunha de um embaixador brasileiro. É o Brasil relançando sua política africana.⁴

Às imagens e informações que dominam os meios de comunicação, as revistas e livros didáticos se incorporam a tradição multissecular que inferioriza o continente, alguns estudos preconceituosos e racistas acerca da História da África e a discriminação pela qual são submetidos os afro-descendentes aqui dentro, e os africanos pelo mundo.

A África dessa forma não poderia ter, fazendo uma breve inversão do olhar do presidente Lula, ruas limpas, um povo extraordinário e bela arquitetura. Ainda seguindo esse raciocínio, a viagem não poderia ter outra dimensão do que a simbólica, e o Brasil não poderia ter outra postura do que a de ajuda humanitária à África, já que, por sermos tão melhores do que eles, seria ilógico esperar algo bom de lá.

Para além da educação escolar falha, é certo afirmar que as interpretações racistas e discriminatórias elaboradas sobre a África, e incorporadas pelos brasileiros, são resultado do casamento de ações e pensamentos do passado e do presente. As teorias e as abordagens que tratavam os africanos como seres inferiores são encontradas nos mais diversos registros dos últimos dois mil e quinhentos anos. Porém, os contatos mais intensos estabelecidos entre europeus e africanos, a partir do século XV, acentuaram essas leituras depreciativas. Somos, também, herdeiros diretos desse imaginário.

Sabemos que as representações depreciativas sobre o continente africano não são uma exclusividade brasileira dos dias do presidente Lula. As distorções, simplificações e generalizações de sua História e de suas populações, como já citamos, são comuns a várias partes e tempos do mundo ocidental e oriental. Dessa forma, se continuarmos a reproduzir leituras e falas como as citadas, é muito provável que o imaginário de nossas futuras gerações sobre a África não sofra modificações significativas. Se nossos livros didáticos continuarem a reproduzir as pinturas e imagens dos africanos escravizados, brutalizados ou massacrados pela fome e conflitos, sem uma crítica histórica mais pontual, e se não mudarmos os textos explicativos acerca da História da África e da escravidão, tal tarefa se tornará praticamente impossível de ser bem sucedida.

Essa postura revela algo que os especialistas em História da África vêm alertando há certo tempo: “esquecemos” de estudar o continente africano. Tal esquecimento é fruto, entre outros ingredientes, justamente desse nosso imaginário sobre a região e suas populações. Reduzimos a África aos estereótipos e ao autoritarismo de nossos olhares, que julgam tudo que é diferente dos padrões ocidentais como inferior, portanto, menos importante para ser estudado.

Neste caso, para minimizar nosso descuido com nossa ancestralidade africana devemos voltar nossas atenções e olhares não apenas para as regiões de onde saíram milhões de africanos trazidos pelo tráfico ao Brasil, mas, para a África como um todo, pela sua relevância incontestável como palco das ações humanas e pelas profundas relações que guardamos com aquele continente por meio do mundo chamado Atlântico.

Portanto, para além do simples ato de lembrar o porquê de ainda sermos tão preconceituosos com a África, procurar-se-á aqui reconstruir a trajetória das representações elaboradas sobre os africanos ao longo dos séculos de contatos entre as sociedades do continente e povos de outras regiões. Começaremos nosso enfoque com as imagens geradas da África e dos africanos na Antigüidade Clássica; passaremos pelo medievo europeu; seguiremos pelas impressões e construções sobre os africanos no litoral atlântico no início da modernidade; ou ainda, pelos discursos racistas e imperialistas do final do século XIX e início do XX. Por fim dedicaremos atenção também às elaborações imagéticas e definidoras da África fabricadas pelos próprios africanos ao longo do século XX. Claro está que, devido ao longuíssimo recorte temporal empregado, não teremos a intenção de promover uma reflexão complexa e intensa acerca da questão, mas somente apresentar ou identificar algumas das principais representações elaboradas sobre os africanos ao longo dos espaços temporais citados.

Os africanos entre representações

Nos olhares dos antigos, as visões do presente

Seria na Antigüidade, que o escritor e viajante grego, Heródoto de Halicarnasso (século V a.C.) escreveria uma das primeiras obras fazendo várias referências às populações “de pele negra”. É evidente que, o contexto do qual falava Heródoto estabeleceria contingências sobre suas percepções acerca da região e de suas populações. Suas palavras e idéias não podem ser confundidas com as que caracterizaram os demais momentos envolvidos nas relações entre os africanos e não africanos. Mesmo assim suas visões são reveladoras para os nossos objetivos.

Em sua lógica explicativa, Heródoto, afirmava que “os homens daquelas regiões” eram “negros por causa do calor” e que os habitantes da Líbia eram “entre todos os homens os de cabelos mais crespos”⁵. Chamando a todos de etíopes e a região por eles ocupada de Etiópia, o historiador grego acreditava ser aquela a “mais remota das regiões habitadas (...)”⁶. Além disso, se comparados a outros povos, como os gregos e egípcios, os etíopes seriam inferiores, bárbaros – sem civilização – e identificados como trogloditas. Evidencia-se que os filtros culturais do autor condicionaram sua leitura acerca dos etíopes e acabaram por enfatizar de forma negativa os aspectos físicos e culturais dos africanos, para ele muito distantes dos apresentados pelos gregos.

É interessante perceber, que já naquele momento as tentativas de dominação militar, econômica e cultural eram defendidas ou apontadas como “missões” civilizadoras, porém, sob encargo dos egípcios. Heródoto afirmava que os soldados das terras dos faraós “estabelecendo-se na Etiópia, contribuíram para civilizar os etíopes, ensinando-lhes os costumes egípcios”⁷.

Ao descrever uns dos poucos potenciais físicos dos etíopes, seus hábitos alimentares e as formas de comunicação, utilizados por estes, as impressões negativas também prevaleceram.

*Esses garamantes saem com seus carros de quatro cavalos à caça de trogloditas etíopes, pois os trogloditas etíopes são os corredores mais rápidos sobre os quais já ouvimos contar histórias. Esses trogloditas se alimentam de serpentes, de lagartos e de répteis do mesmo gênero; eles não falam uma linguagem parecida com qualquer outra, e emitem gritos agudos como os dos morcegos*⁸.

Antes do trabalho de Heródoto há passagens sobre os africanos – etíopes – nas obras de Homero, *Ilíada* e *Odisséia*⁹. Porém, as impressões deixadas nessas epopéias eram diferentes. Com citações muito mais econômicas, se comparadas à *História*, os etíopes são citados oferecendo banquetes aos deuses do Olimpo, que se compraziam com a fartura e variedade encontradas nas terras para além do Egito. Essa, no entanto, pareceu ser uma das poucas menções não depreciativas acerca da África desde então¹⁰.

Ainda na Antigüidade as características geográficas da Etiópia/África passariam a ser utilizadas no estabelecimento de fronteiras físicas e mentais entre o mundo europeu e os universos africanos. Em certa medida, os maiores responsáveis por isso seriam os estudos, realizados no século II d.C., do geógrafo alexandrino Cláudio Ptolomeu. Baseando-se em escritos anteriores, Ptolomeu, conseguiu “com sua *Geografia* a evolução máxima dos conhecimentos relativos aos contornos da África”¹¹.

Em suas leituras, o território etíope não teria uma extensão maior do que a região referente à parte do Deserto do Saara e às áreas próximas ao Mediterrâneo. A proximidade do Equador teria um efeito devastador na Natureza e nos seres que habitavam a região. Já que o calor intenso seria responsável pelo desenvolvimento de um meio ambiente primitivo e agressivo e de criaturas animais. Pouco se sabia ou acreditava existir abaixo do Equador, a não ser águas inavegáveis¹².

É preciso que se enfatize também que, até o início do século XV, seus estudos e elaborações cartográficas foram uma das principais referências utilizadas pelos geógrafos medievais e influenciaram de certa forma, os navegadores europeus no ato de determinar as trajetórias, características e cuidados que deveriam ser tomados na costa africana. Pelo menos, para as primeiras décadas daquele século, isso pode ser afirmado.

Os africanos e o imaginário medieval

No ano mil, as referências sobre os africanos já estavam completamente tangidas pelo imaginário da cristandade. A difusão da teoria camita associada à transposição da Cosmografia celestial sobre a cartografia de Cláudio Ptolomeu, relegou a África e os africanos às piores regiões da Terra.

Segundo os textos bíblicos, Cam, um dos filhos de Noé, foi punido por flagrar seu pai nu e embriagado. Como pena, seus filhos deveriam se tornar servos dos filhos de seus irmãos, habitariam parte dos territórios do Oriente Próximo, do Egito e da Etiópia. A queda de Cam e a localização do local de degredo de seus descendentes serviriam como fórmulas explicativas para apontar a África como um local esquecido por Deus ou amaldiçoado¹³.

Já na cartografia medieval as impressões pejorativas sobre os africanos seriam reforçadas e explicitadas na associação entre os espaços celestiais – paraíso, purgatório e inferno – e os continentes então conhecidos. Seguindo um padrão mais ou menos comum, as representações cartográficas, chamados de T/O, apresentavam a Europa, a Ásia e a África distribuídas em forma de um T, cercado pelos três mares - o Mediterrâneo, o Helesponto e o *Mare Indicum*¹⁴.

Distante dos homens, dos três continentes, em lugar ignorado se localizava o paraíso terreal. Jerusalém, local da ascensão do filho de Deus aos céus, aparecia ao centro, e era considerada local de passagem para atingir as regiões paradisíacas na Terra. A Europa, cuja população descendia de Jafet, primogênito de Noé, ficava à oeste ou sul de Jerusalém, e a Ásia, local dos filhos de Sem, netos de Noé, ao norte ou a leste. Ao sul aparecia “o continente

negro e monstruoso, a África. Suas gentes eram descendentes de Cam, o mais moreno dos filhos de Noé”¹⁵.

A descrição do Inferno como uma região de calor insuportável e habitado por seres monstruosos e demoníacos parecia de encaixar perfeitamente sobre a África. Pelo menos seria o que confirmariam os primeiros viajantes e missionários europeus que passariam pelo continente durante os séculos XV e XVI. Neste caso mais uma vez o desprestígio iria recobrir suas representações sobre a África.

É certo também que, a partir do medievo, algumas dessas construções mentais passaram a realizar a associação do mal com a cor negra, e conseqüentemente com os africanos. Nestes casos evidenciava-se a fusão das teorias camitas – que defendiam a descendência dos filhos de Cam para os africanos – com as concepções geográficas em voga, que acreditavam na existência de temperaturas insuportáveis na região abaixo do Equador. Dessa forma a diabolização dos homens do continente foi recorrente em parte do imaginário europeu.

*Esse mundo maravilhoso era também um mundo demoníaco com um diabo quase sempre pintado de preto já que, entre os medievais, Satã é chamado de Cavaleiro Negro e de Grande Negro.*¹⁶

Outra imagem comumente divulgada e relatada era a das imperfeições físicas causadas pelas “infernais” condições climáticas do continente ou das regiões abaixo do Equador. Na realidade essa teoria, defendida desde a Antigüidade, seria reforçada pelas concepções cosmográficas do cristianismo.

*A má distribuição do clima acarreta a anomalia, a deformação (e a deformidade), a perversão: estas implicam a feiúra (...) Do clima em que vivem as criaturas terrestres depende a sua conformação; de sua conformação física depende sua conformação moral (...).*¹⁷

Porém, neste momento, um elemento novo se acrescentava à fórmula de enxergar o Outro: os contatos ocorriam agora ao sul do Equador, na região da África subsaariana banhada pelo Atlântico e Índico. Os africanos de pele negra, antes chamados de etíopes, seriam por certo espaço de tempo conhecidos como homens da Guiné. Pelo menos até as viagens se estenderem por áreas além do trecho separado pelas fozes do rio Senegal e do rio Niger.

Contatos mais intensos e o tráfico de almas

Os diários, crônicas de viagens e os relatórios oficiais escritos pelos inúmeros marinheiros, enviados diplomáticos, comerciantes, militares e missionários, que percorreram a

costa e o interior africanos, dos séculos XV ao XVIII, são, antes de fontes para a tentativa de se conhecer um pouco melhor as sociedades africanas do período, elementos reveladores do próprio imaginário europeu. Mesmo com todas as restrições que se acercam de tais relatos, esses textos constituem material fecundo na identificação das representações elaboradas sobre os africanos.

Percebe-se que a preocupação maior encontrada nesses escritos estava centrada na descrição dos aspectos geográficos, dos grupos humanos, dos recursos naturais e de alguns costumes africanos¹⁸. As representações sobre as populações e o meio ambiente sofreriam a tendência de relacionar aquele mundo às imagens da devassidão, da barbárie, dos sacrifícios humanos, do canibalismo e da natureza fantástica.

Influenciados pelas visões e concepções européias do início dos tempos modernos, os relatos desses homens foram marcados pela convicção de que a Europa era uma civilização infinitamente superior. Isso se evidenciava pela ausência da fé cristã, trocada em África por “cultos pagãos e fetichistas”, e de Estados organizados aos moldes dos europeus, trocados em África por grupos sem lei ou chefias desorganizadas. Nem a relação dos portugueses com, o que eles mesmos denominaram Reino do Kongo, do Monomotapa e da Etiópia foi suficiente para estabelecer outra idéia do que a da inferioridade dos africanos pela ausência dos Reinos centralizados como na Europa¹⁹.

O convívio com padrões urbanísticos, estéticos, artísticos e cosmológicos dos africanos fez com que as leituras européias pouco mudassem. Os europeus mencionavam as cosmologias africanas com sendo práticas de bruxarias, feitiçarias e ações demoníacas e os relatos sobre os sacrifícios humanos praticados, por exemplo, pelos *imbangalas* na África Central Ocidental, tornaram-se eventos dramáticos aos leitores e ouvintes europeus pelas narrativas de missionários que passaram pela região. O desrespeito aos símbolos do catolicismo, as cenas de sacrifícios humanos, inclusive com os infanticídios, pareciam revelar aos olhares ocidentais que esse hemisfério – o sul – seria realmente “infernai”.

Entre os viajantes mais conhecidos do período, que se estende dos séculos XVI ao XVII, podemos destacar as obras de Antônio Cadornega, João Cavazzi, Duarte Pacheco Pereira, Luis de Cadamosto e Gomes Eanes Zurara.

Por exemplo, em seus relatos, o português Gomes Eanes Zurara, deixa claro que, o estranhamento com relação à cor da pele e à feição física dos homens e mulheres do continente, não diminuiu com os passar dos séculos. Ele comentava, em sua *Crônica dos feitos notáveis que se passaram na conquista da Guiné por mandado do Infante D. Henrique*,

que os habitantes da Guiné seriam tão negros como “etiópios e desafeiçoados nas caras como nos corpos que quase pareciam (...) as imagens do hemisfério mais baixo, [de onde vinham] os escravos capturados na costa do Saara”²⁰.

A forma de denominar a terra habitada por aqueles homens e mulheres pretos passaria a se confundir com o próprio nome da região: Guiné, ou Terra dos homens pretos. Para Zurara a população da região era “toda negra (gente desta terra verde – Terra dos Negros ou Guiné)”²¹ e a composição física das populações encontradas era motivo de nota, tanto pela força que impressionava como pela feiúra que assustava. Segundo suas observações os homens da Guiné tinham o corpo “[oposto do] corpo pequeno e delgado [do português], poderoso touro, forçoso”. Além das diferenças com os portugueses, os “guinéus” eram marcados pela “ligeireza muito avantajada no correr”, por serem “muitos fortes” e pela “fealdade extrema (...)”. Para o viajante português “não se podia pintar coisa mais feia”²².

Já o italiano Luis de Cadamosto parecia compartilhar grande parte das impressões mencionadas por Zurara. Em livro intitulado, *Viagens de Luis de Cadamosto e de Pedro de Sintra*, ele afirmou que os homens abaixo do Saara eram “terríveis de aspecto”²³ e que “todos são negríssimos (para lá do rio Senegal)”²⁴. Parece também que a composição física dos africanos chamou a atenção de Cadamosto. De acordo com suas descrições “todos os Negros são grandes e grossos e bem formados de corpo”, além de serem “os maiores nadadores que há no mundo”²⁵.

Ambos atribuíam ao clima a condição física daqueles seres. Zurara dizia que eram “negros em color porque jazem sob o opósito do Sol”²⁶, e, Cadamosto afirmava que “por causa do excessivo calor, apodrece-lhes o sangue em certo tempo do ano; morreriam se não fosse o remédio do sal (...)”²⁷.

Esse imaginário que inferiorizava aos africanos não se limitou aos olhares europeus. Em vários relatos deixados pelos viajantes árabes ou muçulmanos, que percorreram as terras do Sudão entre os séculos XI e XVI, encontram-se idéias e descrições parecidas. Evidentemente não foram todos os relatos e pensadores árabes unânimes nesta postura²⁸. Influenciados por pensadores da Antigüidade, eles acreditavam que o calor seria responsável pelas “deformações” físicas – cabelos e barbas crespos - dos africanos. O próprio termo Sudão, de origem árabe, significava a “terra dos homens negros”. O historiador africano Elikia M'Bokolo, mesmo enfatizando a ambigüidade nas leituras árabes com relação à desvalorização dos africanos, cita alguns relatos, nos quais, tal postura é evidente.

A tradição associada à desvalorização dos negros já estava bem formada no século X. Encontrámo-la por exemplo no poeta Al-Mutanabbi, cuja pluma, muito

*freqüentemente se revela particularmente atroz. É ele que escreve, entre o mais, que “a moral do escravo negro se encontra inteirinha nos seus testículos mal cheirosos e nos seus dentes”.*²⁹

Outro conjunto de relatos e imagens comum aos contatos estabelecidos neste período faz referência às práticas antropofágicas. Para os europeus esse fenômeno seria cotidiano e comum a grande parte dos africanos. Algumas pinturas informam até a existência de mercados onde se vendia carne humana. Os homens que passavam pela África associavam os estereótipos já existentes sobre o continente com os relatos dos viajantes que percorreram a América, e que encontravam sociedades que praticavam a antropofagia ritualística. Esse era o centro da questão, os europeus não conseguiam ou não queriam distinguir as práticas chamadas de canibalismo ritual das idéias fantásticas da prática de canibalismo como atividade alimentar ou componente da dieta das populações, o que não existia, ao mesmo tempo em que transferiam das Américas para a África os relatos da existência de povos antropofágicos.

O interessante nestes relatos antropofágicos é a sua duração, que se estendeu pelos últimos quatrocentos anos. Entre os séculos XVI – quando começam a aparecer em maior número -, e XVIII, eles estavam associados ao imaginário cristão, que diabolizava os africanos. Já nos séculos XIX e XX eles persistem, só que agora relacionados aos olhares colonialistas, reforçando o caráter primitivo e selvagem dos povos a serem civilizados. Em meados do último século, mesmo sabendo que a antropofagia, se restringia aos momentos litúrgicos ou ritualísticos e era praticada apenas em algumas regiões do mundo, permanecia viva no imaginário geral a imagem dos grupos devoradores de carne humana nos recônditos do continente.

De forma ambígua, na Europa, ocorria uma estranha aproximação estética entre os europeus e os africanos nas representações iconográficas, pelo menos até o século XVII. Pode-se encontrar uma série de pinturas onde os africanos são retratados com feições, biótipos ou vestimentas europeus, porém com peles negras. Nos séculos XVIII, XIX e XX a realidade seria bem diferente.

Ainda dentro deste contexto, cada vez caracterizado pelas relações comerciais atlânticas e pela trajetória histórica européia e africana, não podemos esquecer dos impactos causados pela escravidão e pelo tráfico na construção do imaginário depreciativo sobre os africanos. No século XV duas encíclicas papais - a *Dum Diversas* e a *Romanus Pontifex* – “deram direito aos Reis de Portugal de despojar e escravizar eternamente os Maometanos, pagãos e povos

pretos em geral”³⁰. A condição de cativos somente potencializaria os preconceitos e representações negativas sobre os africanos.

Os relatos elaborados nos três séculos seguintes seguiriam um ritmo parecido, com algumas exceções. Os africanos e a África continuaram a ser desvalorizados, apesar de ganharem uma posição chave nas relações econômicas estabelecidas pelos europeus com o Mundo Atlântico. A transformação dos africanos em simples mercadoria – na África ou no tráfico transatlântico –, completava um processo de desumanização iniciado séculos antes. Homens e mulheres tinham suas vontades e vidas cerceadas pela ação mercantil de outros africanos, europeus e americanos. São várias as imagens que, além de evidenciar o tratamento desumano nas caravanas de captura ou nos navios negreiros, tentaram reforçar a noção de que os africanos escravizados seriam objetos sendo transportados ou estocados nos porões de forma passiva e submissa.

A grande maioria das pinturas, litografias e relatos elaborados sobre a escravidão produzidas nas Américas tentavam reforçar a idéia de que os africanos poderiam ser reduzidos ao binômio trabalho braçal/ castigo corporal. Por estarem vinculados aos diversos setores produtivos das colônias americanas, eles acabavam associados às atividades que – segundo a ótica dos senhores - exigiam pouca qualificação intelectual e muita força física, ou que se cercavam de grande risco e condições subumanas. Os trabalhos agrícolas, como os desenvolvidos nas lavouras canavieiras, de algodão e fumo; as práticas de garimpagem ou escavação em minas, nas zonas de mineração, ou os serviços de limpeza, transporte ou pequenos comércio nos centros urbanos passaram a ser associados aos negros/africanos, que nada mais tinham a oferecer a não ser sua capacidade corpórea.

Também relacionado ao tráfico de escravos ocorria um processo de redefinição das identidades africanas, reprocessadas pelos europeus. Ou prevalecia uma leitura na qual, todos os cativos, fariam parte de um grupo mais ou menos homogêneo de negros africanos ou, outras, na qual ocorria a adoção de nomenclaturas ou denominações das regiões de embarque dos escravos na costa do continente, para “rebatizá-los”.

No processo de reinvenção das identidades africanas os primeiros atos ocorriam nos portos de embarque. Alguns historiadores que abordaram a questão do tráfico, como Alberto da Costa e Silva, narram a existência, por exemplo, na região do Golfo da Guiné, em Ajudá, da árvore do esquecimento, pela qual os africanos escravizados deveriam dar voltas para romper os vínculos com os ancestrais e suas vidas locais. Um outro ato mais comum era o batismo católico ainda nos locais de estocagem ou no embarque para os navios. É claro que

não passavam de atos simbólicos. Mas uma clara intenção da reinvenção – imposta ou não - de suas identidades tinha início aí. Complementando o processo de redefinição identitário, ao chegar na América, os que na África se associavam sob várias identidades como Mbundu, Bakongo, Ovibumdo, Iorubá, Fon, entre outros, passavam a ser chamados de Cabindas, Congos, Benguelas, Moçambiques, Nagôs e Minas. Trocava-se, portanto, sua identidade étnica pelo nome dos portos ou das regiões de embarque em África.

Racismo, imperialismo e capitalismo

A partir do final do século XVIII, e principalmente ao longo do XIX, as relações entre os europeus e africanos ganharam novas dimensões. A descoberta do Quinino, remédio usado no tratamento da malária, permitiu que as viagens e expedições científicas sobre o continente que, anteriormente, se limitavam a rápidas incursões pelos rios ou vias fluviais envolvidos no tráfico, pudessem devassar o interior da África. A essas viagens somaram-se, já nas últimas décadas do século XIX as ações imperialistas/colonialistas que permitiriam aos europeus o controle de grande parte do continente.

Os administradores e missionários faziam relatos importantes - apesar de eurocêntricos - para a compreensão da realidade de parcela das populações africanas e das representações elaboradas sobre elas. Inglaterra, França, Bélgica, Alemanha, Itália e Portugal seriam os países com participação mais ativa na chamada “partilha africana”, e, por isso, grande parte dos escritos deixados seria produzida por militares, administradores ou pesquisadores desses locais³¹.

Os relatos colonialistas reforçariam a crença generalizada na incapacidade dos africanos. Eram povos sem civilização, de raças inferiores, quase sempre sem história e sem avanços tecnológicos. A cada momento era preciso reforçar a dicotomia de uma Europa superior e de uma África inferior³².

Os regimes de exploração variavam de acordo com a região e as intenções das potências européias. Dentre estes, o caso português, segundo parte da historiografia portuguesa mais recente, talvez tenha se constituído um dos mais rigorosos e sufocantes sistemas de ocupação colonial. Apesar das inúmeras resistências dos grupos locais, tanto em Angola como em Moçambique, já nas primeiras décadas do século XX, existia um regime colonialista vigorando em toda a região ocupada pelos portugueses³³.

É interessante notar que, nas discussões tanto da Conferência de Berlim, 1884/5³⁴, como dos anos seguintes, os governantes lusos se sentiam lesados na sua ambição, e no que

afirmavam ser um direito histórico, de formar um território ultramarino em África que cortasse o continente do Atlântico ao Índico. Os ingleses não permitiram.

Alguns historiadores portugueses revelam que o mito de uma ocupação e dominação multissecular de grande parte dos territórios da África Central, da África Oriental e Austral persiste ainda hoje. O reforço da idéia de que o império ultramarino lusitano já existia na região, inclusive pelos “sertões”, há séculos, é facilmente desconstruída pelas dificuldades iniciais dos portugueses estenderem seus domínios das regiões próximas ao litoral para os interiores³⁵.

Neste momento, da montagem e afirmação do colonialismo europeu, houve uma migração da imagem do africano confundido anteriormente com o escravo para o reforço do estigma do selvagem, primitivo e infantil. Todos esses elementos seriam selos antagônicos às imagens divulgadas sobre os europeus, associadas ao progresso tecnológico, à crença de que suas civilizações seriam superiores, ou ainda à divulgada teoria de que as mentes e estruturas européias eram as mais complexas do orbe. Tachados de preguiçosos e inábeis ao trabalho sofisticado, os africanos deveriam ser disciplinados e ensinados pelos serviços braçais, mesmo que compulsórios. Os africanos eram considerados povos que se encontravam ainda na infância da humanidade³⁶.

Aos preconceitos anteriores articulam-se, no século XIX, as crenças científicas, oriundas das concepções do Evolucionismo Social e do Determinismo Racial, que alocaram os africanos nos últimos degraus da evolução das “raças” humanas. Infantis, primitivos, tribais, incapazes de aprender ou evoluir, os africanos deveriam receber, portanto, a benfeitoria ajuda européia por meio das intervenções imperialistas no continente.

Naquele momento, a segunda metade do XIX, a Antropologia, que se constituía em uma disciplina acadêmica, era palco de intenso debate entre os deterministas, homens ligados aos referenciais biológicos e raciais, e os evolucionistas, baseados também nos traços sociais e culturais.

Algumas Sociedades Antropológicas – como a *London Anthropological Society* - reuniam os que defendiam ferrenhamente a teoria de que a diversidade humana era resultado das diferenças raciais, responsáveis por tornar os povos superiores ou inferiores intelectual e fisicamente. A hibridação das raças também era condenada, já que suas conseqüências levariam a degeneração dos tipos humanos. Para eles as raças eram imutáveis e a mestiçagem deveria ser evitada. Era quase unânime a idéia de que as diferenças entre os grupos seriam insuperáveis. Os negros seriam sempre inferiores e os brancos superiores.³⁷

Entre seus principais teóricos estavam Herbert Spencer, Hippolyte Taine, E. Renan, G. Le Bon e Arthur de Gobineau. Para os darwinistas sociais a capacidade de constituir uma civilização seria uma qualidade restrita a algumas raças, principalmente a branca, enquanto outras, como a negra africana, estariam impossibilitadas de alcançar o progresso, a civilização e a perfeição. Seria pautada nesta hipótese que parte da ação imperialista das potências européias sobre a África se justificaria, assim como conduziriam grande parte das expedições científicas que passaram pelo continente.

Para E. Renan (1823-92) existiriam três grandes raças – branca, negra e amarela – específicas em sua origem e desenvolvimento. Segundo esse autor, os grupos negros, amarelos e miscigenados “seriam povos inferiores não por serem incivilizados, mas por serem incivilizáveis, não perfectíveis e não suscetíveis ao progresso.”³⁸

Já de dentro das perspectivas do Evolucionismo Social, abrigavam-se os que defendiam a possibilidade de um aprimoramento evolutivo das raças. Seus postulados transferiam da biologia para os padrões culturais os elementos explicativos das desigualdades humanas. Cientistas como James Frazer, E. Tylor e Lewis Morgan montaram esquemas baseados na classificação comparativa do desenvolvimento cultural apresentado pelos diversos povos. O caminho da humanidade seria bem claro: a evolução em direção à civilização e ao progresso.

Segundo os evolucionistas sociais, em todas as partes do mundo a cultura teria se desenvolvido em estados sucessivos, caracterizados por organizações econômicas e sociais específicas. Esses estágios, entendidos como únicos e obrigatórios – já que toda a humanidade deveria passar por eles -, seguiam determinada direção, que ia sempre do mais simples ao mais complexo e diferenciado.”³⁹

Essas teorias tiveram um efeito norteador nas representações elaboradas sobre os africanos do século XIX em diante. A dominação imperial, a imposição da fé cristã e dos valores europeus estaria justificada pela inferioridade biológica, mental e espiritual dos povos do continente. Um dos exemplos mais evidentes desse imaginário se encontra vinculado aos estudos sobre algumas sociedades como os Pigmeus, os Hotentotes ou Bosquímanos. Para os cientistas europeus esses povos seriam a prova viva da inferioridade dos africanos, já que possivelmente representariam o chamado elo perdido, ou seja, a ligação evolutiva entre os macacos e os homens. Os africanos, portanto, estariam mais próximos dos grandes símios, do que dos próprios seres humanos.

Os escritos dos viajantes e aventureiros desse período se impregnam desse viés. Entre os mais famosos podemos citar os de Richard Burton, David Livingstone, Gustav Nachtigal, John Speke, John e Richard Lander e Noel Baudin.

Destes, os textos de Richard Burton são bastante conhecidos e se tornam reveladores das influências das teorias científicas no já embaçado olhar europeu sobre as sociedades e regiões da África. Em suas expedições sobre o continente – a mais famosa foi a pela busca da nascente do rio Nilo –, na segunda metade do século XIX, o aventureiro, relata suas impressões sobre algumas populações africanas. Suas palavras revelam seus filtros de observação. Para Burton os homens do continente teriam uma mente rudimentar e seriam figuras decadentes, incapazes para o desenvolvimento tecnológico ou humano.

*O estudo da psicologia na África Oriental é o estudo da mente do homem rudimentar (...) Ele pareceria mais uma degenerescência do homem civilizado do que um selvagem(...) não fosse sua incapacidade para o aperfeiçoamento (...).*⁴⁰

O viajante, algumas vezes, também demonstrou sentir certo incômodo com a pretensa preguiça dos africanos, além de menosprezar as línguas faladas por aquelas sociedades, percebidas como dialetos inferiores ou expressões animais.

*Na estrada uma multidão de preguiçosos (...) seguiu a caravana por horas; isto é um espetáculo verdadeiramente ofensivo (...); essas figuras grosseiras (...) e seus gritos lembravam uivos de bestas mais do que qualquer esforço de articulação humana.*⁴¹

Sendo um dos criadores da *London Anthropological Society*, ele estava embebido das teorias deterministas do período, acreditando que os africanos eram entre os grupos humanos uns dos mais inferiores.

*O negro puro se coloca na família humana abaixo das duas grandes raças, árabe e ariana (...) e o negro, coletivamente, não progredirá além de um determinado ponto, que não merecerá consideração; mentalmente ele permanecerá uma criança.*⁴²

Neste mesmo período o pensamento histórico passava por (re)adequações, surgindo uma espécie de História científica. Porém, os novos estudos históricos apenas acentuariam os olhares negativos acerca da África. Segundo os pensadores do século XIX, os povos africanos subsaarianos, encontravam-se imersos em um estado de quase absoluta imobilidade, seriam sociedades sem história.

No caso, é preciso que se frise que a História, naquele momento, passara a se confundir com dois elementos centrais: as trajetórias nacionais – entendidas como inventários cronológicos dos principais fatos políticos dos Estados europeus, quase sempre protagonizados por figuras ilustres ou heróis –; e com o movimento retilíneo e natural rumo ao progresso tecnológico e civilizacional. Dessa forma, a idéia da transformação, da busca constante pelo novo, pelo moderno, se tornaria uma obsessão. Além disso, devido os rigores metodológicos, o passado somente poderia ser acessado com o uso dos documentos escritos.

Observados de dentro dessa perspectiva histórica, os povos africanos não possuíam papel de destaque na história da humanidade. Primeiro pela ausência, em grande parte das sociedades abaixo do Saara, de códigos escritos – havia a predominância da tradição oral. E, segundo, por serem classificadas como sociedades tradicionais⁴³ – quando a tradição aparecia no sentido de preservar, como em uma bolha do tempo, o passado –, estando fadados a um eterno imobilismo.

Os pesquisadores que abordam a construção da historiografia africana utilizam exemplos, que hoje poderíamos chamar de “clássicos”, para descrever este estado de *coisas*. O mais citado é a categórica afirmação do filósofo Friedrich Hegel, ainda na primeira metade do século XIX, acerca da inexistência da História em África, ou de sua insignificância para a humanidade.

*A África não é uma parte histórica do mundo. Não tem movimentos, progressos a mostrar, movimentos históricos próprios dela. Quer isto dizer que sua parte setentrional pertence ao mundo europeu ou asiático. Aquilo que entendemos precisamente pela África é o espírito a-histórico, o espírito não desenvolvido, ainda envolto em condições de natural e que deve ser aqui apresentado apenas como no limiar da história do mundo.*⁴⁴

Parece que essa idéia não ficou limitada aos oitocentos, influenciando trabalhos posteriores. Manuel Difuila lembra que um dos primeiros estudiosos das temáticas africanas, H. Schurz, comparou a “História das raças da Europa à vitalidade de um belo dia de sol, e a das raças da África a um pesadelo que logo se esquece ao acordar”⁴⁵. Ainda nesta direção um renomado professor da Universidade de Oxford, Sir Hugh Trevor-Hoper, demonstrou, em 1963, compartilhar das idéias de seus companheiros anteriores.

*Pode ser que, no futuro, haja uma história da África para ser ensinada. No presente, porém, ela não existe; o que existe é a história dos europeus na África. O resto são trevas (...), e as trevas não constituem tema de história (...) divertirmo-nos com o movimento sem interesse de tribos bárbaras nos confins pitorescos do mundo, mas que não exercem nenhuma influência em outras regiões.*⁴⁶

Para os historiadores do século XIX ou da virada para o XX, a História da África – vivenciada ou contada - teria começado somente no momento em que os europeus passaram a manter relações com as populações do continente. Não só pela ação de registrar e relatar, feita por viajantes, administradores, missionários e comerciantes do século XV ao XIX, mas principalmente pelas mudanças introduzidas pelos europeus.

Os africanos seriam incapazes, portanto, de qualquer criação ou invenção que possibilitasse transformações em suas realidades ou exigissem conhecimentos “complexos”. Mesmo com a “descoberta”, nas primeiras décadas do século XX, em África, de complexas

elaborações nos campos da arte estatuária, da produção agrícola, da arquitetura, das organizações sociais e do pensamento, a afirmativa da inferioridade africana foi preservada. Nestes casos os europeus se esforçaram para formular explicações, muitas vezes mirabolantes, para justificar seus pontos de vista.

O filósofo africano Valentin Mudimbe chamou a atenção, por exemplo, para as argumentações utilizadas pelos europeus que tentavam explicar as origens da técnica estatuária usada pelos iorubás, da arte do Benin e da arquitetura do Zimbábwe. Todos esses elementos de destaque da cultura africana seriam frutos de interferências de outras civilizações na África negra, e não criações africanas⁴⁷.

O historiador africano Carlos Lopes, também mencionou outras pesquisas neste estilo. A tendência seria de alguma forma, preservar as afirmações de que a África não possuiria história, e de que, tudo que fosse ali encontrado, não passaria de uma cópia inferior ao produzido em outros lugares.

*Ao estudar os conhecimentos astronômicos dos Dogon nos anos 40, M. Griaule e os seus discípulos ficaram fascinados com o nível de conhecimentos existente. Recentemente, o conhecido astrônomo Carl Sagan, da Universidade Cornell de Nova Iorque, decidiu avaliar esses mesmos conhecimentos Dogon, e concluiu que os 'Dogon, em contraste com todas as sociedades pré-científicas, sabiam que os planetas, incluindo a terra, giram sobre si próprios e à volta do Sol'(...) Como é que se pode explicar este extraordinário conhecimento científico? Sagan não duvidou um segundo que deve ter sido devido a um gaulês que atravessou aquelas paragens, e que provavelmente estava mais avançado que a ciência da época.*⁴⁸

Com a presença efetiva dos europeus, em parte considerável do continente foram realizadas as primeiras pesquisas ligadas à História Colonial na África, inclusive com a criação de institutos de pesquisa localizados em vários países metropolitanos como a Alemanha, Inglaterra, França e Bélgica⁴⁹. Esses primeiros trabalhos sobre a História da África, pelo menos da história das ações coloniais, quase sempre foram escritos pelos colonizadores. De acordo com Bill Freund, essa história colonial oficial quase sempre buscava evidenciar as atividades européias no continente, ignorando as contribuições das sociedades africanas, que continuavam a ser percebidas como primitivas ou bárbaras.

*O que mais interessava aos europeus na África eram eles mesmos: a história do comércio e da diplomacia, da invasão e da conquista, fortemente infundidos com suposições sobre a superioridade racial que sustentou a dominação colonial.*⁵⁰

Ainda dentro do período colonialista, a África foi palco de uma série de expedições antropológicas, que buscavam ali respostas para os modelos teóricos elaborados na Europa. O esforço em decifrar os padrões culturais dos povos daquela região serviria para, além da

deveva dos aspectos sócio-culturais africanos, de base para a compreensão do funcionamento das sociedades ditas primitivas. Especificar e desvendar as relações ou mecanismos de ação de suas instituições sociais ou de seus padrões culturais levaria a uma revelação das funções dos elementos constituintes das chamadas sociedades complexas. Neste momento, categorias como primitivos, selvagens e tribais foram utilizadas em larga escala para servir como referência aos africanos.

Os antropólogos partiram em busca de sociedades primitivas, de ilhotas culturais, subvertendo as idéias ocidentais sobre a civilização africana. Disto resultaram graves lacunas na documentação relativa às sociedades africanas maiores e mais complexas e, conseqüentemente, uma nova contribuição ao mito de uma África 'primitiva'. Seu esforço para abstrair o presente antropológico do presente real contribuiu para reforçar a convicção de que na África a mudança vinha obrigatoriamente do exterior, desde que suas hipóteses pareciam negar qualquer evolução às sociedades africanas até a chegada dos europeus.⁵¹

Percebe-se, portanto que, entre 1870 e 1950, ocorreu um significativo reforço da carga negativa na maneira como os europeus representavam aos africanos. Os domínios territoriais e políticos ganharam dimensões até então não imaginadas, sendo a África subsaariana efetivamente ocupada pelos homens brancos, com a exceção da Libéria e da Etiópia. As vitórias militares e a imposição dos padrões tecnológicos europeus fizeram com que a crença da superioridade européia ganhasse força.

Ainda embalados pelas teorias de que eram superiores, os europeus tentaram justificar teoricamente sua dominação sobre os africanos. Ninguém se tornou mais célebre nessa tarefa do que o prêmio Nobel de literatura de 1907, o escritor britânico Rudyard Kipling, que definiu a presença européia em África como uma prova de altruísmo do homem civilizado. Os europeus, em sua argumentação, apareciam como missionários que deveriam se sacrificar para levar a civilização aos africanos bárbaros. Em seu poema, *The White man's burden* (O fardo do homem branco), o literato convocava aos ingleses a enviar os seus melhores homens, para que pudessem “servir” aos seus cativos⁵².

Até a primeira metade do século XX, e em algumas regiões sob dominação portuguesa até os anos 1970, várias imagens que reforçavam a crença de que os africanos eram selvagens e atrasados foram (re)elaboradas e divulgadas.

A partir da lógica colonialista, os africanos que possuíam alguma intenção de superar seus “atrasos” deveriam aceitar a presença européia e copiar seus modelos de viver. O modo de vestir, a arquitetura das cidades, a estrutura de educação formalizada, a religião cristã, as línguas européias, a ideologia do trabalho deveriam ser adotados por todos aqueles que quisessem ascender ou ter algum tipo de direito nas sociedades coloniais.

Um dos antagonismos mais citados pelos europeus seria a pretensa disposição africana à preguiça. Era missão européia ensiná-los os benefícios e estruturas do trabalho. Se um dos elementos propulsores da expansão européia sobre a África foi a disputa por mercados e mananciais de riquezas, em meio a concorrência capitalista do final do XIX e início do XX, era preciso modelar as sociedades africanas às novas mentalidades do trabalho e da produção.

É claro que nem sempre as coisas seguiram essa linha. Por exemplo, nas colônias portuguesas a adoção do trabalho compulsório, e a própria situação da frágil economia da metrópole, limitaram em muito a aplicação do capitalismo na forma como se apresentava na Europa. Porém, de qualquer maneira era preciso submeter às populações, agora chamadas de indígenas, aos modelos de organização europeus.

Outra forma de revelar os “benefícios” da ocupação européia em África era evidenciar os avanços tecnológicos implantados, quase todos, no exclusivo sentido de baratear os custos com a exploração colonial e permitir a acomodação de mais colonos brancos. As ferrovias, os barcos a vapor e as cidades seriam símbolos dessas ações e da lembrança de que os africanos em seu estado de “enselvajamento” teriam condições apenas de construir pequenos barcos em troncos de árvores e aldeias de palha⁵³.

A ênfase nas diferenças civilizacionais entre europeus e africanos era o alicerce fundamental, tanto para o convencimento interno – nos países metropolitanos – como externo – para os próprios “colonizados”, da presença européia em África. O africano somente teria alguma utilidade se fosse civilizado pelos europeus. No estado “selvagem” não estaria apto ao trabalho ou a seguir às leis ocidentais.

Em algumas partes da Europa, a figura ambígua de homens e mulheres negros que se submetiam aos serviços e vontades impostas pelos europeus, se confundia com a de grupos “primitivos” que ainda habitariam os interiores ou regiões isoladas em África. Até meados do século XX circulavam, em Portugal, imagens que associavam os africanos às práticas de feitiçaria ou do canibalismo. Tanto em livros publicados pelos ex-administradores, como em histórias em quadrinho, que circulavam nos jornais, esse imaginário era perpetuado⁵⁴.

Com relação às representações iconográficas, as imagens dos africanos estavam sempre associadas à feiúra. A esfera do belo se limita à estética e feições européias, brancas. Se nos séculos XVI e XVII era comum encontrar imagens dos africanos que se confundiam com a dos europeus, tendo na tonalidade da cor negra da pele a principal diferença, no final do XVIII e nos séculos seguintes, a perspectiva seria a de marcar e potencializar as diferenças. Os africanos seriam o inverso da beleza dos europeus.

*A inteligência organiza, a bruteza realiza, tal podia ser um dos paradigmas destas operações que são amplamente confirmadas pela antropologia física, que encontrou nos anatomistas dos séculos XVIII e XIX plena confirmação. O belo não pertence aos africanos (...).*⁵⁵

A partir da segunda metade do século XX as “coisas” pareciam seguir um novo rumo. O aparecimento dos movimentos de independência e o aumento das pesquisas históricas sobre o continente, fizeram com que, para os africanos e alguns especialistas ocidentais, a África passasse a ser vista com outros olhos. O que antes era reconhecido como símbolo da inferioridade – a cor da pele – agora passava a ser elemento de orgulho e distinção positiva. Os estudos historiográficos e arqueológicos revelavam uma África com um passado recheado de sociedades ricas e complexas. O continente passava a ser valorizado. Porém, os desvios nas formas de perceber a África continuavam.

Parte dessas novas pesquisas, conduzidas por um crescente corpo de historiadores africanos e africanistas, que reivindicava o reconhecimento da importância do papel da África na história da humanidade e tentava inverter os olhares preconceituosos e imagens negativas relacionadas aos africanos, acabou por incorrer em uma série de desacertos. Muitas vezes, influenciados pelas ideologias ou teorias do *pan-africanismo* e da *negritude*, assim como pela onda nacionalista que varria o continente, esses estudos seriam marcados por certa dose de desequilíbrio e ufanismo acerca das identidades e histórias africanas⁵⁶.

De dentro dos referenciais utilizados seria fundamental enfatizar as histórias dos grandes impérios e civilizações como exemplos da capacidade das sociedades do continente negro de se organizarem em estruturas complexas e extensas. Era uma forma de revelar a todos que a África em nada ficava a dever aos padrões europeus. Além disso, os vestígios materiais deixados no passado – como técnicas de cultivo, padrões de estética da arte estatutuária, ruínas dos mais diversos matizes – foram usados para evidenciar as qualidades inegáveis de suas populações⁵⁷.

Se por um lado, o esforço desses intelectuais era de mostrar ao mundo os grandes feitos africanos, por outro ele acabava por ignorar a histórica de centenas de pequenas sociedades. Será que elas não teriam valor algum? Da mesma forma, os povos que não utilizaram uma formação política próxima a dos chamados reinos, eram muitas vezes ignorados. Eles não precisavam ser estudados?

Para além da escolha de temáticas referenciadas pelos modelos europeus, um dos maiores “pecados” desse grupo de estudiosos foi sem sombra de dúvidas pensar em uma África unida pela positividade da raça negra. Muitos tentaram, apesar dos movimentos

nacionalistas, elaborar uma espécie de amálgama negro sobre o continente, a partir da forçada idéia de que haveria uma homogeneidade cultural entre os grupos negro-africanos. Perigosa e equivocada idéia, que veio se juntar aos antigos preconceitos de que todos os africanos eram iguais⁵⁸.

Se esse conjunto de estudos foi inquestionavelmente fundamental para a (re)significação da História da África, seus deslizos até hoje deixam suas marcas. Da mesma forma, seria precipitado afirmar que seus efeitos na desconstrução dos preconceitos tenham sido suficientes para inverter o imaginário ocidental. Nem nos meios acadêmicos, nem nas escolas ou entre as pessoas em geral - a não ser na própria África - a história do continente passou a figurar como tema de unânime importância. Algumas portas tinham sido abertas, algumas barreiras derrubadas, mas a longa empreitada tinha apenas sido iniciada. De uma forma geral, mesmo com as novas leituras sobre a história africana, os estereótipos e preconceitos sobreviviam, agora alimentados por outros combustíveis.

Após os processos de independência ocorridos entre os anos 1950 e 1970, a África passou a ser sacudida por uma série de conflitos internos, principalmente a partir da década de 1980. A situação econômica do continente que não era muito favorável tendeu a piorar. A repetição dos golpes políticos, o aparecimento de surtos epidêmicos, os focos de fome aguda, as rivalidades inter-étnicas, passaram a ser apresentadas e divulgadas não apenas nos textos dos teóricos e nos discursos dos políticos locais, preocupados com a solução de seus problemas, mas, também em alguns dos mais potentes meios de comunicação de massa que a humanidade já se deparou: a Televisão, o cinema e os jornais.

Esses problemas, frutos das diásporas da escravidão, das presenças colonialistas e das contingências internas da própria África após a Segunda Guerra, transformaram-se em imagens que inundam nossas mentes de forma cotidiana. Quase sempre elas se limitam a representar os estereótipos e deixam de revelar tanto suas histórias como outras faces do continente. É a África da fome, das misérias, das guerras, das epidemias, dos massacres, da Aids, da desesperança. Como se não existissem outras imagens, nas quais a fome, as guerras e a instabilidade política não fossem regras.

No Ocidente, a televisão, com seu noticiário centrado no eixo Nova York – Londres - Paris - Tóquio, apenas abre espaço para a África para divulgar suas misérias e epidemias. É claro que não estamos desconsiderando as emissoras africanas que concentram sua programação nos eventos locais, e nem os programas especiais – como a *CNN Africa* – e emissoras específicas – como a portuguesa *RTP África*. Porém de uma forma geral, nos

jornais impressos essa realidade se repete. Tornam-se elementos comuns no imaginário elaborado sobre a África, as imagens de sociedades “tribais” em conflito permanente; cidades desorganizadas e sujas; natureza selvagem e incontrolável; padrões culturais ritualizados e folclorizados; doenças misteriosas e temidas – como o vírus ebola –; e comportamentos “primitivos”, como a crença de alguns grupos sul-africanos de que a violência sexual praticada contra meninas virgens possibilitaria a cura da Aids, ou ainda de algumas sociedades islamizadas do norte da África que praticam a clitoridectomia⁵⁹.

O incômodo não está em se divulgar os problemas enfrentados pelos países africanos, mas sim de somente fazer referência à África a partir desses problemas. Por exemplo, no cinema, personagens como Tarzan, imortalizaram a perspectiva de um herói branco entre as matas e habitantes primitivos do continente, além da idéia de uma natureza indomável e misteriosa. E é de certa forma, essa, a introdução à História da África que grande parte de nossos alunos, inclusive muitos africanos, experimentam. Dessa experiência, quase sempre, eles passam para outra, nas escolas: a do silêncio ou da manutenção dessas imagens. Fica evidente, portanto, que é preciso mudar a forma e tratar a África. De sua atual abordagem simplista e superficial nos manuais escolares e escolas para um exercício de desconstrução desse imaginário e para a elaboração de um conhecimento mais apropriado e abrangente acerca da África.

* Professor de História da África da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB. Doutorando em História pela UnB.

¹ Temos consciência de que o relato e as reflexões que introduzem o capítulo não explicam ou dimensionam as diversas perspectivas imaginárias acerca da África, no Mundo Atlântico. Muito menos sintetizam os olhares lançados pelos africanos sobre suas realidades. Porém, servem como ponto de apoio para a apresentação de uma argumentação mais ampla em torno da questão, e são sem sombra de dúvidas, reflexos de uma mentalidade, em parte, conjugada pelos não africanos acerca daquele continente.

² “A última do Lula”, in *Correio Braziliense*, 8 de novembro de 2003, p. 2, e, “Lula viu a África”, in Revista *Veja*, edição 1828, ano 36, nº 45, 12 de novembro de 2003, p. 52.

³ “A última do Lula”, In *Correio Braziliense*, 8 de novembro de 2003, p. 2.

⁴ “Lula viu a África”, in Revista *Veja*, edição 1828, ano 36, nº 45, 12 de novembro de 2003. p. 53.

⁵ HERÓDOTO. *História*. Brasília, EdUnB, 1988, p. 95 e 361.

⁶ Idem, *Ibidem*, p. 185-6.

⁷ Idem, p. 98.

⁸ Idem, p. 250.

⁹ Acerca das citações de Homero sobre os *aethiops*, ver MUDIMBE, Valentim. *The idea of Africa*. Bloomington; Indianapolis, Indiana University Press, 1994, pp. 21-27.

¹⁰ Não desconhecemos o grande número de relatos e escritos gerados sobre os africanos ao longo da trajetória enfocada que possuem um forte sentido de ambigüidade, ao mesmo tempo desqualificando aos africanos e elogiando determinadas características das sociedades africanas observadas. Sobre a questão ver FAGE, John. “A evolução da historiografia africana”. In: *História Geral da África: metodologia e Pré-História da África. vol. I*. São Paulo, Ática; Paris, Unesco, 1982, pp. 43-59, e HORTA, José da Silva. A representação do africano na literatura de viagens, do Senegal a Serra Leoa (1453-1508). In *Mare Liberum*, nº 2, pp. 209-339, 1991.

¹¹ DJAIT, H. As fontes escritas anteriores ao século XV. In: *História Geral da África: metodologia e Pré-História da África. vol. I*. São Paulo, Ática; Paris, Unesco, 1982, p. 119.

¹² SANTOS, Gislene Aparecida dos. Idéias e Imagens de uma gente de cor preta: selvagens, exóticos, demoníacos. *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 24, nº 2, p. 278-9, 2002.

¹³ Gênesis, 9: 18-27, In: *Bíblia Sagrada*. São Paulo: edição Clarentina, 2001.

¹⁴ KAPPLER, Claude. *Monstros, demônios e encantamentos no fim da Idade Média*. São Paulo, Martins Fontes, 1994, p. 24.

¹⁵ NORONHA, Isabel. A corografia medieval e a cartografia renascentista: testemunhos iconográficos de duas visões de mundo. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, vol.6, nº.3, p.681-687, nov. 1999/fev. 2000.

¹⁶ SANTOS, Gislene Aparecida dos. Idéias e Imagens de uma gente de cor preta: selvagens, exóticos, demoníacos, op. cit., p. 278.

¹⁷ KAPPLER, Claude. “Cosmografia e Imaginário”. In: Op. cit, pp. 48-9.

¹⁸ Ver COSTA E SILVA, Alberto. Os Estudos de História da África e sua importância para o Brasil. In: *A Dimensão Atlântica da África. II reunião Internacional de História de África*. São Paulo: CEA-USP/SDG-Marinha/ CAPES, 1997, p. 14, e, FAGE, John. A evolução da historiografia africana. In: op. cit., p. 46-7.

¹⁹ HENRIQUES, Isabel Castro. Construção da História: Sedimentação das culturas coloniais. In: *Os pilares da diferença: as relações Portugal-África entre os séculos XV-XX*. Lisboa, Caleidoscópio, 2004, p. 15-32.

²⁰ ZURARA, Gomes Eanes. *Crônica dos feitos notáveis que se passaram na conquista da Guiné por mandado do Infante D. Henrique*. Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1981, p. 108.

²¹ Idem, *Ibidem*, pp. 225-230.

²² Idem, p. 230, 269 e 350.

²³ CADAMOSTO, Luis. *Viagens de Luis de Cadamosto e de Pedro de Sintra*. Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1988, p. 111-112.

²⁴ Idem, *Ibidem*, pp. 115-124.

²⁵ Idem, p. 26-33.

²⁶ ZURARA, Gomes Eanes. *Crônica dos feitos notáveis que se passaram na conquista da Guiné por mandado do Infante D. Henrique*, op. cit., p. 20.

²⁷ CADAMOSTO, Luis. *Viagens de Luis de Cadamosto e de Pedro de Sintra*, op. cit., p. 23.

²⁸ Um dos principais viajantes e historiadores árabes do período, Ibn Khaldun, que entre os séculos XIV e XV percorreu o norte africano deixando conceituada obra – *Prolegômenos* - sobre algumas sociedades da região e questionando as leituras depreciativas elaboradas sobre alguns dos conjuntos socioculturais da área, criticava abertamente a teoria que ligava clima à cor da pele ou compleições físicas.

²⁹ M’ BOKOLO, Elikia. *África Negra História e Civilizações. Até ao Século XVIII*. Lisboa, Vulgata, 2003, p. 232.

³⁰ LOPES, Carlos. A Pirâmide Invertida - historiografia africana feita por africanos. In: *Actas do Colóquio Construção e Ensino da História da África*. Lisboa, Linopazas, 1995, p. 22.

- ³¹ Ver DIFUILA, Manuel Maria. *Historiografia da História de África*. In: *Actas do Colóquio Construção e Ensino da História da África*. Lisboa, Linopazas, 1995, p. 54, e, FAGE, John. A evolução da historiografia africana, op. cit., p. 57.
- ³² FAGE, J. D. A evolução da historiografia africana, op. cit., pp. 49-55.
- ³³ HENRIQUES, Isabel Castro. Virtudes brancas, pecados negros, In: op. cit., p. 299-320.
- ³⁴ Sabemos que a Conferência de Berlim, foi recoberta por uma série de “mitos” e falsas interpretações pela historiografia tradicional. Porém, estamos considerando acima de tudo os debates imperialistas e a disputa entre Portugal e Inglaterra acerca da África Austral. Sobre os debates acerca da Conferência de Berlim ver o trabalho de DÖPCKE, Wolfgang. A vinda longa das linhas retas: cinco mitos sobre as fronteiras na África Negra. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 42 (1): pp. 81-85, 1999.
- ³⁵ HENRIQUES, Isabel Castro. Virtudes brancas, pecados negros, In: op. cit., p. 304.
- ³⁶ Idem. A (falsa) passagem do escravo a indígena, In: op. cit., p. 285-318.
- ³⁷ SCHWARCZ, Lília Moritz. *O Espetáculo das Raças*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000, pp. 47-66.
- ³⁸ Idem, *Ibidem*, p. 62.
- ³⁹ Idem, p. 58.
- ⁴⁰ BURTON, Richard Francis. *The Lake Regions of Central Africa*, New York, Dover Publications, 1995, p. 489.
- ⁴¹ Idem, *Ibidem*, p. 496.
- ⁴² BURTON, Richard Francis. Mission to Gelede, King of Dahomey. Apud FAGE, John. A evolução da historiografia africana, In: op. cit., p. 50.
- ⁴³ O conceito de tradicional hoje utilizado deve ser relativizado. Trabalhamos com a perspectiva de que as sociedades tradicionais se encontram abertas e, em grande parte das vezes, absorvem os impactos causados pelas mudanças sem maiores transtornos. Porém, naqueles anos a idéia recorrente era suposta ausência de mudanças. Sobre a temática ver a obra de APPIAH, Kwame Anthony. *Na casa de meu pai*. Rio de Janeiro, Contraponto, 1997, p. 155-192.
- ⁴⁴ HEGEL, Friedrich. *Filosofia da História*. Brasília, Editora da UnB, 1995, p.174.
- ⁴⁵ DIFUILA, Manuel Maria. *Historiografia da História de África*. In: op. cit., p.52.
- ⁴⁶ Estas idéias foram expostas numa série de cursos apresentados pelo professor intitulada “The Rise of Christian Europe”, ver Fage, John. “A evolução da historiografia africana”, op. cit., pp. 43-59.
- ⁴⁷ MUDIMBE, V. *The invention of Africa*, Bloomington; Indianápolis, Indiana University Press, 1988, p. 45.
- ⁴⁸ LOPES, Carlos. A Pirâmide Invertida - historiografia africana feita por africanos. In: *Actas do Colóquio Construção e Ensino da História da África*. Lisboa, Linopazas, 1995, p. 23.
- ⁴⁹ DIFUILA, Manuel Maria. *Historiografia da História de África*, op. cit., pp. 54-5.
- ⁵⁰ FREUND, Bill. Africanist History and the History of Africa. In: *The Making of Contemporary Africa: The development of African Society since 1800*. Bloomington, Indiana University Press, 1984, p. 2.
- ⁵¹ CURTIN, Philip. Tendências recentes das pesquisas históricas africanas e contribuição à história em geral. In: *História Geral da África: metodologia e Pré-História da África. vol. I*. São Paulo, Ática; Paris, Unesco, 1982, p. 80.
- ⁵² HOBSBAWN, Eric. *A Era dos Impérios*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998, p. 82
- ⁵³ HENRIQUES, Isabel Castro. Artíficos da História. In: op. cit., p. 51.
- ⁵⁴ Idem. A invenção da Antropofagia Africana, In: op. cit., p. 241.
- ⁵⁵ Idem. Construção da História: Sedimentação das culturas coloniais, In: op. cit., p. 20.
- ⁵⁶ Acerca do tema, ver, entre outros trabalhos, os seguintes: LOPES, Carlos. A Pirâmide Invertida - historiografia africana feita por africanos., op. cit., e, WEDDERBURN, Carlos Moore. Novas bases para o Ensino da História da África no Brasil. In: *Educação Anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal 10.639/03*. Brasília, MEC; Secad, 2005, pp. 133-166.
- ⁵⁷ APPIAH, Kwame. In: op. cit., pp. 19-52 e 111-126.
- ⁵⁸ Idem, op. cit., pp. 241-251.
- ⁵⁹ Os recortes de jornal e reflexões abaixo expostos não servem como explicação ou confirmação das imagens que circulam nos meios de imprensa nos países em análise. São na realidade abordagens locais e não podem ser tomadas como elemento de generalização. No entanto, elas podem ser pensadas como reflexos ou efeitos de um imaginário depreciativo de longo alcance, anteriormente comentando.